



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVATERRA
RUA CEARENSE, S/N, CENTRO, SALVATERRA-PARÁ
CNPJ: 00.532.466/0001-38

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE 003/2019**

SINGULARIDADE DO OBJETO PARA FINS DE INEXIGIBILIDADE

Contratação Direta. Pedido de Reexame. Singularidade do objeto. O conceito de singularidade de que trata o art.25, inciso II, da Lei 8.666/93 não está vinculado à ideia de unicidade, mas de complexidade e especificidade. Dessa forma, a natureza singular não deve ser compreendida como ausência de pluralidade de sujeitos em condições de executar o objeto, mas sim como uma situação diferenciada e sofisticada a exigir acentuado nível de segurança e cuidado. Acórdão 7840/2013.

A presente justificativa de singularidade, trata-se do processo para contratação de *Serviços de Assessoria e Consultoria Contábil*, contador JOSÉ MARIA PEIXOTO RAMOS, inscrita no CPF 249.270.152-20, em favor da CÂMARA MUNICIPAL DE SALVATERRA – CMS, por *Inexigibilidade de Licitação nº 003/2019*, em face das informações de que possui um vasto conhecimento técnico na prestação dos serviços de *Assessoria e Consultoria em Contabilidade Pública*. Sendo, dessa forma, inviável escolher o melhor profissional, para prestar serviço de natureza intelectual/confiança, por meio de licitação, pois tal mensuração não se funda em critérios objetivos (como o menor preço). No caso concreto o profissional é experiente, pois há uma vasta experiência, tendo em vista sua notória especialização, bem como a singularidade dos serviços a serem prestados. O conceito de singularidade não está vinculado à ideia de unicidade. Para fins de subsunção ao art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93, entendemos não existir um serviço que possa ser prestado apenas e exclusivamente por uma única pessoa. A existência de um único sujeito em condições de ser contratado conduziria à inviabilidade de competição em relação a qualquer serviço e não apenas em relação àqueles considerados técnicos profissionais especializados, o que tornaria letra morta o dispositivo legal. Assim, quando presente a singularidade dos serviços técnicos a serem prestados, mormente em se tratando de *Assessoria e Consultoria Contábil*, inegavelmente a Lei de Licitações estabelece a possibilidade de inexigibilidade de licitação. Ademais, para a configuração



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVATERRA
RUA CEARENSE, S/N, CENTRO, SALVATERRA-PARÁ
CNPJ: 00.532.466/0001-38

de hipótese de inexigibilidade de licitação para a contratação de ditos serviços singulares, imprescindível é a notória especialização da contratada.

Desta feita, em face ao princípio da legalidade, moralidade e eficiência dos atos administrativos esculpida no art. 37 da Constituição Federal de 1988 cumulada com os dispositivos contidos no inciso II e § 1º do Art. 25, da Lei de Licitações nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, e pela documentação comprobatória colacionada no bojo do presente processo, atesto a singularidade da atividade contratada.

Com isso, em face do Objeto Singular a ser contratado analisamos e escolhemos o contador **JOSÉ MARIA PEIXOTO RAMOS**, onde verificou-se os documentos apresentados e que o referido contador possui os requisitos e qualificações necessárias para o perfeito desenvolvimento das atividades junto à Câmara Municipal de Salvaterra.

Salvaterra, 07 de janeiro de 2019.



José Alexandre Azevedo Moura
Presidente da CPL